



20ª - 17/10/2007

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO REALI-
ZADA NO DIA DEZASSETE DE OUTUBRO DE
DOIS MIL E SETE**

Aos dezassete dias do mês de Outubro do ano dois mil e sete, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião da referida Câmara, estando presentes, o senhora Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara, e os senhores Vereadores António Joaquim da Silva Danado, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, João Miguel Amaro Marques, Rogério António Pinto, Adriano António Chaveiro e João António Romão Pereira Reis, comigo, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Administrativa Especialista.

E tendo todos ocupado os seus lugares, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a reunião eram quinze horas.

Aprovação da Ordem de Trabalhos

A seguinte proposta de Ordem de Trabalhos, oportunamente distribuída pelo senhor Presidente, foi aprovada por unanimidade:

1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, REQUERIMENTOS E VISTORIAS

B) PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÃO DEGRADADA

C) LOTEAMENTO MUNICIPAL DAS SILVEIRAS – 2ª FASE

2. OBRAS, ÁGUAS E SANEAMENTO

A) EMPREITADA DE “ CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DO CAMPO RELVADO SINTÉTICO DE MONTEMOR-NOVO

3. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

A) CONTABILIDADE

4. CULTURA DESPORTO E JUVENTUDE

A) PROPOSTA DE MENSALIDADE PARA HIP-HOP E DANÇAS DE SALÃO

B) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CASA DO POVO DE LAVRE PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO I ENCONTRO DE GRUPO DE MÚSICA DE CÂMARA

C) 4º FESTIVAL DE SOPAS DE MONTEMOR-O-NOVO – VENDA DE MATERIAIS

D)PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DE COLECÇÃO DE POSTAIS, DE FRANCISCO SALGUEIRO

5. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

A) PROTOCOLO COM A VALORCAR

B) INFORMAÇÕES PRÉVIAS

6. PROPOSTA DE ACTA Nº. 22, DE 03/10/07

7. ATENDIMENTO DE MUNÍCIPIES

Período antes da Ordem do Dia

Preparação das Grandes Opções do Plano e Orçamento/2008

Foi o senhor Presidente que interveio inicialmente para informar que está a decorrer a preparação das Opções do Plano e Orçamento para 2008. O Conselho Coordenador da CMMN já reuniu tendo abordado as orientações gerais e os trabalhos a desenvolver naquele âmbito.

Esta fase dos trabalhos decorrerá até meados de Novembro.

Chamou a atenção do restante executivo para, que, se assim o entenderem, fazer chegar propostas ou sugestões ao DPDE, cuja chefe de Divisão é a Dra. Vanda Teixeira onde são centralizados todos os documentos e outros contributos para este trabalho.

Programa Polis XXI

Em nova intervenção o senhor Presidente informou que no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Território existe uma vertente, denominada Polis XXI que está direccionada para as cidades.

O despacho que foi publicado em Abril e referia que as Câmaras Municipais podem apresentar candidaturas para acções preparatórias, de cooperação entre cidades organizadas em rede com mais de 30 mil habitantes, e que os destinatários deste convite são os municípios, em parceria entre si ou com outras entidades, o montante a atribuir é no valor de 100 mil euros e apenas são aprovadas cinco candidaturas a nível nacional.

Apesar do despacho ser dirigido para as cidades, prevê ainda a possibilidade das vila equiparadas a cidades, poderem igualmente candidatar-se.

O senhor Presidente acrescentou depois que há vários anos, e sobretudo desde o início do mandato, vem defendendo a constituição de uma rede informal de Municípios abrangidos pelo corredor da A6, importante corredor de acesso entre Portugal e a Europa. Neste sentido, chegou a auscultar a disponibilidade de alguns colegas Presidentes para a realização de uma reunião sobre o tema mas o Presidente da Câmara Municipal de Estremoz informou que tinha as suas preocupações centradas na zona dos mármore e a reunião acabou por não se realizar.

Agora, e havendo a possibilidade de candidaturas no âmbito do POLIS XXI, Acções Preparatórias, foi contactado pelo Presidente da Câmara Municipal de Évora para uma eventual reunião com esse objectivo entre os Municípios de Montemor, Évora e ainda Estremoz, Borba e Vila Viçosa. Naquela reunião o senhor Presidente propôs que fossem contactados e incluídos na Rede e na candidatura os restantes Municípios do corredor da A6 (Vendas Novas, Arraiolos, Elvas) e um conjunto de outras prestigiadas instituições regionais como a Universidade de Évora, a ADRAL, a AMDE. Propôs ainda que a Rede pudesse funcionar para outros programas nacionais e comunitários e avançou com a proposta de eixos a considerar na candidatura.

Aquelas propostas, com excepção da inclusão, nesta fase, da AMDE (por oposição dos Presidentes de Borba e Estremoz) foram aceites e propostas outras instituições.

Desta reunião resultou a necessidade de esclarecer o problema das cidades, pois a aplicar-se o que está estipulado no despacho, são poucas as cidades que têm possibilidade de se candidatarem, atendendo a que têm menos de 8 mil habitantes, dispondo apenas de um mês para a entrada das candidaturas.

Foi ainda entendimento que, conjuntamente desenvolveriam esforços para obterem mais informações sobre o referido despacho.

A concluir o senhor Presidente transmitiu que propôs os seguintes eixos para a candidatura ao programa Polis:

1º - Programa Integrada para a competitividade e produção economia, 2º - Marketing do Território, 3º - Programa para inovação e requalificação urbana e reposição das cidades.

Interveio seguidamente o senhor Vereador João Pereira Reis para questionar sobre o destino do financiamento de 100 mil euros.

Tendo o senhor Presidente respondido que se destina à promoção e preparação do projecto.

Convento da Saudação

Em nova intervenção o senhor Presidente informou ter decorrido uma reunião com o senhor Director Regional da Cultura, a Ex – Responsável do IPPAR, o Espaço do Tempo e esta Câmara Municipal, no sentido de discutir o assunto relacionado com obras a realizar no Convento da Saudação.

O senhor Presidente transmitiu que a proposta da Câmara Municipal foi aceite e recordou a proposta de criação de um Centro Nacional de Artes Transdisciplinares conforme projecto apresentado pelo Espaço do Tempo/Rui Horta o que implicaria a recuperação do Convento da Saudação e a intervenção em áreas adjacentes. Assim, disse, o Ministério da Cultura assumiu este projecto como nacional e estruturante e responsabilizar-se-à pela recuperação do Convento, propriedade do Estado. A eventual construção nova será promovida e candidata pela Câmara ao PORA. Foi ainda acordado que a base de trabalho se centrava no documento antes apresentado e consensualizado por todas as entidades, posição que foi consensual.”

O senhor Presidente considerou uma boa notícia podendo de imediato avançar com os trabalhos e apressar os Projectos de forma a estarem disponíveis o mais rápido possível para se apresentarem a candidatura do QREN.

Foi ainda definido que a Direcção Regional da Cultura será responsável pela elaboração do projecto, e, neste âmbito está já agendada uma reunião de trabalho.

Continuando a sua intervenção o senhor Presidente disse que a recuperação do edifício é da responsabilidade do Poder Central, em relação a outras obras a Câmara terá um papel mais interventivo e talvez até promotor.

Registou o empenho por parte do senhor Director Regional da Cultura neste processo.

Interveio seguidamente o senhor Vereador João Pereira Reis para questionar se o senhor Ministro da Cultura assume a criação de um Centro Nacional em Montemor e questionou sobre a forma como se processa.

Ao que o senhor Presidente respondeu que o Ministério da Cultura assumiu este projecto como projecto nacional e estruturante pelo que se prevê a sua inclusão como tal no QREN. Esta posição vem na sequência de várias reuniões e acções de sensibilização desenvolvidas pela Câmara e pelo Espaço do Tempo/Rui Horta e, ainda que o valor inicial do orçamento tenha que ser substancialmente reduzido, surgem aqui alguns dados e perspectivas optimistas.

Interveio seguidamente o senhor Vereador João Marques tendo informado que se não se verificasse a criação deste centro o convento não seria recuperado, pois é este projecto que dá “corpo” à sua recuperação.

Disse seguidamente o senhor Vereador João Marques que há necessidade de formalizar uma estrutura de gestão, devendo ser garantidos os protocolos que definam o funcionamento daquele espaço.

Conclui dizendo que a parte patrimonial deverá estar aberta ao acesso do público.

Continuando no uso da palavra o senhor Presidente disse que o Governo definiu três projectos Estruturantes para o Alentejo na área cultural, 1º - a recuperação do Convento da Saudação, 2º - Biblioteca Municipal de Évora, 3º - Museu de Beja, sendo que a recuperação do Convento da Saudação para o Centro Nacional de Artes Transdisciplinares e outros projectos tem dimensão nacional.

A concluir o senhor Presidente disse que, como foi sublinhado pelo Vereador João Marques, era importante para a Câmara e para o Espaço do Tempo que o documento já elaborado e consensualizado entre as várias entidades fosse aceite e assumido como documento base de trabalho e isso foi conseguido e lá estão as fundamentais opiniões e opções da Câmara sobre aquele projecto.

Sistema Intermunicipal de Águas e Saneamento

Retomou a palavra o senhor Presidente para se reportar à candidatura sobre o Sistema Intermunicipal de Águas e Saneamento, a qual não foi aprovada recordou, porque o Governo português não completou junto da União Europeia a candidatura. Contudo, os responsáveis europeus tinham considerado de grande interesse que este projecto pudesse vir a ser apoiado no QREN. Verifica-se, agora, o que constitui uma boa noticia embora não uma garantia definitiva até face aos boicotes que a candidatura tem sofrido, que o nosso Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento está inscrito no QREN, Programa de Valorização do Território, como projecto estruturante e com uma verba de 49 milhões de euros. Informou depois que a reformulação da candidatura está já a ser feita.”

A concluir o senhor Presidente disse que se mantém contactos com outros sistemas intermunicipais.

O senhor Vereador João Pereira Reis questionou, se as questões colocadas por Bruxelas foram ultrapassadas.

Ao que o senhor Presidente respondeu que as questões colocadas eram apenas relacionadas com o ambiente e não incidiam sobre o nosso Sistema.

Carta Estratégica

Sob a presente epígrafe interveio o senhor Vereador Rogério Pinto tendo dito que gostaria de tomar conhecimento do documento entregue pelo senhor Vereador João Pereira Reis sobre a carta estratégica.

Tomou seguidamente a palavra o senhor Presidente que disse ser o documento em causa um contributo e uma posição do PSD sobre a Carta Estratégica que foi entregue no âmbito da discussão pública conforme foram entregues outras contribuições. Aquele documento está disponível na DPDE para consulta. O senhor Vereador Pereira Reis não solicitou a sua anexação à acta mas não vê nisso inconveniente.

Atraso nos financiamentos de Projectos de Associações

Foi o senhor Vereador João Pereira Reis que retomou a palavra tendo dito que obteve informação sobre as dificuldades na aprovação dos projectos, com que se deparam diversas as Associações de Desenvolvimento Local, sediadas em Montemor, designadamente a Associação Marca em virtude de atrasos na aprovação do financiamento, nacional e comunitário, dos projectos apresentados por estas entidades.

Acrescentou ainda que tais dificuldades são devidas à aprovação do QREN estar atrasada e que essas dificuldades financeiras, podem levar à suspensão da actividade ou mesmo ao encerramento destas Associações.

O senhor Vereador solicitou que a Câmara desenvolvesse esforços no sentido de apoiar as actividades destas Associações, evitando o seu encerramento e o desemprego de quantos nelas trabalhem.

Interveio seguidamente o senhor Presidente para esclarecer que a Câmara Municipal trabalha com três Associações de Desenvolvimento Local, a Marca, Associação Terras Dentro (na área da educação, Feira da Luz) e a Associação Trilho (que está integrada no agrupamento de Associações - Monte).

Acrescentou seguidamente que no âmbito da estrita colaboração que têm mantido, já concretizaram candidaturas que foram aprovadas no âmbito do programa Leader.

Disse depois que não é possível existir verbas enquanto a regulamentação do QREN não estiver aprovada, como tal não podem ser apresentadas candidaturas sem saber como são configuradas.

A terminar disse que foram transmitidas as preocupações e a Câmara Municipal tem chamado a atenção para o problema, nomeadamente a CCDRA, no entanto as incertezas são muitas.

Atraso nos pagamentos

Em nova intervenção o senhor Vereador João Pereira Reis questionou o senhor Presidente sobre se existem ou não atrasos verificado no pagamento aos empreiteiros e fornecedores, uma vez que tal situação é muito negativa para as empresas.

Ao que o senhor Presidente respondeu que, *face* ao incumprimento da Lei das Finanças Locais e às restrições impostas pelo Governo via Orçamentos de Estado, a Câmara foi gravemente afectada nos últimos anos e, em particular, neste mandato, situação que afectou a tesouraria e os prazos de pagamento que eram praticados. Disse, depois, que a situação de tesouraria obrigou a que fossem feitas negociações e estabelecidos acordos de pagamento, de diversos tipos, com empreiteiros de forma a pagar faseadamente as dívidas de investimento existentes.

Excluindo alguns casos pontuais, não se verificam grandes atrasos no cumprimento do acordado. A maior dívida que actualmente existe é à empresa FDO, empreiteira das Piscinas Cobertas, mas essencialmente devido a um contencioso que tem vindo a ser discutido e negociado.

Considerou que todas as situações estão controladas, recordou que, *face* aos juros legais impostos, há empresas que até podem ter interesse nas dívidas mas que, em geral, todas as partes têm interesse em resolver por acordo e não por conflito as situações existentes.

A terminar, o senhor Presidente disse que os pagamentos aos fornecedores de Montemor tinham, antes desta situação, um prazo médio de três meses. Com a falta de disponibilidade de verbas, o prazo subiu

bastante para cerca de seis meses. Neste momento, foram tomadas medidas para reduzir esse prazo gradualmente de modo a que, no início do próximo ano, o prazo médio se volte a situar nos três meses. Ainda sobre a presente matéria interveio o senhor Vereador António Danado para referir que os empreiteiros emitem as facturas sem que o auto de medição esteja aprovado. Explicou a forma de pagamento aos empreiteiros e os trâmites processuais das empreitadas.

Ordem de Trabalhos

1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, REQUERIMENTOS E VISTORIAS

Foi a senhora Vereadora Hortênsia Menino que interveio em primeiro lugar para apresentar os seguintes processos de licenciamento requerimentos e vistorias.

De: FRANCISCO JOSÉ TOMÁS CATARRO, requerendo aprovação do projecto de arquitectura e autorização para a obra de alterações a efectuar na fracção “C” do prédio sito na Av. Gago Coutinho, n.º 57, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável João de Deus Pereira Cunha Galvão, número 344.

Data de entrada do requerimento: 27/07/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU

De: CÉSAR AUGUSTO DE ALMEIDA DA SILVA, requerendo informação prévia sobre reconstrução e ampliação de habitação sita no prédio rústico denominado por Fazenda da Parreira e Pinheirinho, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Data de entrada do requerimento: 25/07/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade oficial nas condições do parecer dos serviços da DAU

De: MARIA MANUEL CASA BRANCA PEREIRA, requerendo informação prévia sobre construção no prédio rústico denominado por As Felgueiras (Albardeiras), de freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Data de entrada do requerimento: 28/06/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade oficial nas condições do parecer dos serviços da DAU

De: MARTA MENEZES, requerendo informação prévia sobre construção de moradia no prédio rústico denominado por Courelas da Caneira, freguesia de Foros de Vale de Figueira.

Data de entrada do requerimento: 19/09/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade oficial nas condições do parecer dos serviços da DAU

De: SORODRIPER – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA., requerendo informação prévia sobre reconstrução e ampliação do prédio urbano sito na Rua do Matadouro, número 40, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Data de entrada do requerimento: 6/07/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade oficial nas condições do parecer dos serviços da DAU

De: JOSÉ FLORINDO SILVA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de garagem e churrasqueira a levar a efeito no Bairro dos Emigrantes, n.º 2, freguesia de Cortiçadas de Lavre, tendo como Fernando Jorge Dias Malta.

Data de entrada do requerimento: 24/08/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU

De: ANGÉLICA MARIA CELESTE COSTA, requerendo reapreciação dos projectos de arquitectura, especialidade e licenciamento de legalização com obras de recuperação e ampliação do prédio sito na Rua Joaquim Rodrigues Amaro, n.º 12, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo a responsabilidade técnica da Divisão de Administração Urbanística.

Data de entrada do requerimento: 4/07/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU e Termos de Responsabilidade dos Técnicos do Gabinete de Projectos da DAU

De: HÉLIO MANUEL CABIDO PINTO, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, estabilidade e autorização para a obra de construção de anexo a levar a efeito na Rua D. Nuno Álvares Pereira, n.º 18, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Data de entrada do requerimento: 6/07/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU e Termo de Responsabilidade do Técnico

De: CUSTÓDIO JOSÉ, requerendo aprovação do projecto de arquitectura e licenciamento da obra de construção de muro de vedação a levar a efeito na Rua da Primavera, n.º 22, na freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 2/08/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU e Termo de responsabilidade do Técnico

De: PEDRO MIGUEL MAMEDE ISAÍAS, requerendo aprovação do projecto e autorização para a instalação de piscina no prédio urbano sito na Rua António Casquinha, lote 8, freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável José Alexandre Palminha Madruga Neves, número 325.

Data de entrada do requerimento: 29/08/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU e termo de responsabilidade do Técnico

De: ANTÓNIO JOSÉ VEIGA MIRA, requerendo aprovação do projecto de estabilidade e autorização para a obra de construção de alpendre a levar a efeito na Rua Fialho de Almeida, n.º 23, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Data de entrada do requerimento: 4/10/2007

Data da aprovação do projecto de arquitectura: Deliberação camarária de 5/09/2007

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com a deliberação camarária de 5/09/2007 e Termo de responsabilidade do Técnico

De: PEDRO MIGUEL MORAIS CORUCHE, requerendo aprovação dos projectos de especialidades e autorização para a obra de construção de moradia e anexo a levar a efeito na Rua Florbela Espanca, n.º 25, freguesia de Silveiras, tendo como técnico responsável Vítor Manuel da Silva

Data de entrada do requerimento: 3/10/2007

Data da aprovação do projecto de arquitectura: Deliberação camarária de 5/09/2007

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com a deliberação camarária de 5/09/2007 e termo de responsabilidade do Técnico

De: JORGE EMANUEL RAINHO LOPES, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e licenciamento das alterações efectuadas no decorrer da obra de construção de moradia, anexo e muro de vedação sito na Rua Luis de Camões, freguesia de Escoural, tendo como técnico responsável Joaquim Mateus Carapinha Nunes, número 159.

Data de entrada do requerimento: 20/09/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU e termos de responsabilidade do Técnico

De: CRISTINA MARIA DE JESUS MARGALHO e ZAIDA MARIA MARGALHO, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura e especialidades (com excepção dos projectos de instalação de gás e avaliação acústica) para a obra de construção de moradia a levar a efeito na Rua 1.º de Maio, freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnicos responsáveis Custódio Joaquim de Oliveira Barroso, número 342, José Alexandre Palminha Madruga Neves, número 325 e Vítor Manuel da Silva.

Data de entrada do requerimento: 9/02/2007, 22/05/2007 e 12/07/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU e termos de responsabilidade dos Técnicos

De: LEONTINA NARCISA PENICHE BUCHA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de adaptação de edifício para Lar de Idoso e Centro de Dia sito na Rua Tomé Adelino Vidigal, lote C5, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável João de Deus Pereira Cunha Galvão, número 344.

Data de entrada do requerimento: 14/08/2007

Tem parecer da D.A.U., ANPC e Instituto de Segurança Social

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir nas condições do parecer dos serviços da DAU

Vistorias

De: NELSON RAMIRO DA SILVA CARVALHO, requerendo emissão de certidão para constituição em propriedade horizontal do imóvel sito no Terreiro das Pinas, n.ºs 6 e 7 e Rua Teófilo Braga, n.ºs 21 e 23, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Data de entrada do requerimento: 25/06/2007

Tem parecer da Comissão de Vistorias

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade homologar o Auto de Vistoria

Requerimentos diversos

De: JOÃO TIAGO PRAÇA NUNES MEXIA, requerendo emissão de alvará de loteamento para a Operação de Loteamento sita em Terrins, freguesia de Silveiras.

Data de entrada do requerimento: 9/11/2004 e 2/08/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o processo.

De: PEDRO MANUEL ALVES ANASTÁCIO, requerendo emissão de certidão de alteração à constituição em propriedade horizontal do imóvel sito na Av. Gago Coutinho, n.º 27 e 27A, na freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Data de entrada do requerimento: 1/10/2007

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o processo.

B) PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÃO DEGRADADA

Em nova intervenção a senhora Vereadora Hortênsia Menino apresentou a seguinte proposta de apoio à recuperação de habitação degradada.

De: GUILHERMINA VICENCIA MERENDEIRA MOTA

Local da Obra: Rua da Guarita, n.º 1 – Freguesia de Nossa Senhora da Vila

Valor da Obra: 3.422,00 €

Valor da Participação: 1.711,00 €

Data de Entrada do Requerimento: 8/05/2007

A senhora Vereadora Hortênsia Menino acrescentou ainda que tenciona a curto espaço de tempo apresentar em reunião de Câmara uma alteração ao Programa Municipal de Apoio à Recuperação de Habitação, nomeadamente no que se refere às condições de habitabilidade.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a participação da Câmara

C) LOTEAMENTO MUNICIPAL DAS SILVEIRAS – 2ª FASE

A concluir a senhora Vereadora Hortênsia Menino apresentou a seguinte acta relativa ao Loteamento Municipal das Silveiras.

Junto envio a Acta da Reunião destinada à atribuição de doze lotes de terreno destinados à construção de habitação situados no Loteamento Municipal de Silveiras – 2ª Fase, para deliberação camarária.

A referida acta foi rubricada por todos os membros do executivo presentes, e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrita.

Deliberação: A Câmara Municipal aprovou por unanimidade a acta apresentada, referentes ao Loteamento Municipal das Silveiras.

Ausente desta votação esteve a senhora Vereadora Hortênsia Menino de acordo com o nº 6 do artigo 90º da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número cinco, barra A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março.

2. OBRAS, ÁGUAS E SANEAMENTO

A) EMPREITADA DE “ CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DO CAMPO RELVADO SINTÉTICO DE MONTEMOR-NOVO

Interveio seguidamente o senhor Vereador António Danado, para no âmbito da sua Divisão, apresentar o seguinte documento:

Propõe-se pela presente à Reunião de Câmara a aprovação do Projecto de Execução da empreitada em epígrafe fornecido pelo Consórcio Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A. / Tecnovia Açores – Sociedade de Empreitadas, S.A. depositado na DOAS – Divisão de Obras, Águas e Saneamento.

O senhor Vereador João Pereira Reis questionou o que se pretende concretamente com a proposta constante deste ponto da ordem de trabalhos.

Ao que o senhor Presidente respondeu que é necessário aprovar formalmente o projecto, apesar das reuniões já terem sido realizadas.

Interveio seguidamente o senhor Vereador António Danado para informar que se verificaram muitas questões que foram apresentadas e não foram aceites.

Retomou a palavra o senhor Vereador João Pereira Reis para dizer que em seu entender o documento deveria ser acompanhada de uma informação técnica por parte dos serviços, que fundamentasse a proposta apresentada.

Interveio seguidamente o senhor Vereador António Danado tendo dito que quando despachou a presente documentação foi na perspectiva de que a informação técnica era prestada.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade que o processo baixe aos serviços para melhor fundamentação.

3. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

A) CONTABILIDADE

Listagem de Pagamentos

A Câmara tomou conhecimento da listagem das ordens de pagamento dos documentos números sete mil novecentos e oitenta e dois a oito mil trezentos e quarenta e nove no valor de quinhentos e seis mil cento e cinquenta e cinco euros e cinquenta e três cêntimos.

4. CULTURA DESPORTO E JUVENTUDE

A) PROPOSTA DE MENSALIDADE PARA HIP-HOP E DANÇAS DE SALÃO

Interveio seguidamente o senhor Vereador João Marques para apresentar a seguinte proposta:

Tendo em consideração o início do ano lectivo 2007/2008 das modalidades de Hip Hop e de Danças de Salão, previsto para 2 de Novembro'07, propõe-se a abertura das inscrições de 22 a 30 de Outubro e a ratificação da mensalidade a vigorar, no valor de 10,00 € (Dez Euros), isento de IVA, valor praticado no ano lectivo

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a mensalidade a vigorar, no valor de 10,00 Euros isento de IVA nas modalidades de Hip Hop e Danças de Salão.

B) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CASA DO POVO DE LAVRE PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO I ENCONTRO DE GRUPO DE MÚSICA DE CÂMARA

Continuando no uso da palavra o senhor Vereador João Marques apresentou a proposta que abaixo se transcreve:

A Casa de Povo de Lavre, solicita um apoio para a realização do “I Encontro de Grupos de Musica de Câmara”, no sentido de promover esta temática no concelho e da formação de públicos. O orçamento ascende a 430.00€ (quatrocentos euros) conforme cópia em anexo.

No âmbito do Regulamento de Apoio Ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos, legalmente existentes, e as actividades de Interesse Municipal) sem fins lucrativos, publicado no Diário da Republica a 8 de Novembro de 2005 no Aviso n.º 7440/2005 (2ª série) página 56 e seguintes, propõe-se a atribuição de um subsidio à Casa do Povo de Lavre, no valor de 165.20€ (cento e sessenta e cinco euros e vinte cêntimos), tendo como critério base 5.90€ por participante, num máximo de 1200.00€ para encontros de bandas ou equivalentes, nos termos da alínea c) do art.º 23º dos Critérios de Apoio ao Movimento Associativo, aprovado na Reunião de Câmara de 02 de Maio/07.

A Casa do Povo de Lavre entregará no prazo de 30 dias após a realização do evento um relatório contendo toda a informação relevante para a avaliação da execução material e financeira do mesmo, especificando, nomeadamente as actividades desenvolvidas e respectivo custo

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio à Casa do Povo de Lavre, no valor de 165,20 Euros para apoio à realização do “I Encontro de Grupos de Musica de Câmara.

C) 4º FESTIVAL DE SOPAS DE MONTEMOR-O-NOVO – VENDA DE MATERIAIS

Em nova intervenção o senhor Vereador João Marques apresentou agora uma proposta relacionada com a venda de materiais no 4º Festival de Sopas de Montemor-o-Novo:

No âmbito do 4º Festival de Sopas de Montemor-o-Novo, a realizar nos dias 10 e 11 de Novembro de 2007 no Pavilhão de Exposições de Montemor-o-Novo propõe-se a venda ao público dos seguintes materiais, com os seguintes preços que já incluem o IVA à taxa de 21%.

Tigelas do 4º Festival de Sopas de Montemor-o-Novo – 1,5€; Copos do 4º Festival de Sopas de Montemor-o-Novo – 1,5€; Aventais do 4º Festival de Sopas de Montemor-o-Novo – 4€; Guarda-chuvas do 4º Festival de Sopas de Montemor-o-Novo – 7€

Os aventais e guarda-chuvas ficaram em stock do ano anterior, por isso os valores mantêm-se, o valor apresentado para copos e tigelas foi actualizado de acordo com o orçamento apresentado este ano.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade determinar o preço de venda ao público dos materiais relativos ao 4º Festival de Sopas de Montemor-o-Novo.

D)PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DE COLECÇÃO DE POSTAIS, DE FRANCISCO SALGUEIRO

A concluir o senhor Vereador João Marques apresentou outra proposta do seguinte teor:

No âmbito de apoio às publicações sobre temas locais, e no seguimento da Exposição de Fotografia “A FESTA na Praça de Toiros”, procedeu-se à aquisição de 400 colecção postais de autoria do fotógrafo Francisco Salgueiro.

Propõe-se assim a venda de cada colecção, ao público, pelo valor unitário de 3,50€ (Três euros e cinquenta cêntimos), com IVA incluído à taxa de 5%.

Informamos que o preço de aquisição foi de 3,15 euros, com IVA incluído à taxa de 5%.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder à venda ao público da colecção de postais de Francisco Salgueiro pelo valor de 3,50 Euros cada.

5. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

A) PROTOCOLO COM A VALORCAR

De novo no uso da palavra a senhora Vereadora Hortênsia apresentou a seguinte proposta de protocolo:

Considerando que a Câmara Municipal, no exercício das suas competências, recolhe e armazena viaturas abandonadas na via pública, às quais é necessário dar um destino final adequado, proponho a aprovação de um Protocolo de colaboração a estabelecer com a Valorcar, com vista à gestão ambientalmente equilibrada de Veículos em Fim de Vida.

O referido protocolo foi rubricado por todos os membros do executivo presentes e nos termos da lei se dá aqui por integralmente transcrito.

A senhora Vereadora Hortênsia Menino acrescentou que de acordo com a nova legislação – Decreto-Lei 196/2003, deverá ser dado um destino aos veículos em fim de vida, no entanto deve obedecer a um sistema de tratamento próprio.

O senhor Vereador João Pereira Reis questionou se a empresa Valorcar cobra algum valor à Câmara Municipal pela prestação deste serviço.

Ao que o senhor Presidente respondeu que não é cobrado nada.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar texto do Protocolo apresentado, no entanto na cláusula 9ª deverá ser retirada a frase “com base no seu incumprimento”.

O referido protocolo foi rubricado por todos os membros do executivo presentes e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

B) INFORMAÇÕES PRÉVIAS

A terminar a senhora Vereadora Hortênsia Menino apresentou as seguintes informações prévias:

De: EPIGMINIO DOMINGUES DA SILVA, requerendo informação prévia para implantação de exploração de bovinos em extensivo (aproximadamente 80 ha), com um efectivo de 35 a 40 bovinos aleitantes, localizada na “Herdade de “Gonzalo Mendes” (artigo 18.º, secção II) e “Sesmaria Perdida” (artigo 38.º, secção JJ), freguesia de Cabrela.

Tem parecer conjunto da D.A.S.U e da Autoridade de Saúde.

(IPA 7/07 – IO1301/07)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com parecer e condições propostas no parecer conjunto

De: CELESTINO NUNES NICOLAU, requerendo informação prévia para instalação de uma exploração suinícola de porco preto em regime extensivo sazonal (Exploração industrial) em áreas cercadas ao ar livre (cerca de 135,44 ha) e área coberta (antiga malhada com cerca de 119m²), localizada no prédio rústico “Herdade do Outeiro de Santo Aleixo” (art. 3, secção F).

Tem parecer conjunto da D.A.S.U e da Autoridade de Saúde.

(IPA 10/07 – IO1481/07)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade oficial de acordo com parecer e condições propostas no parecer conjunto.

6. PROPOSTA DE ACTA Nº. 22, DE 03/10/07

Tendo o texto da acta em epígrafe sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi dispensada a sua leitura, de harmonia com o disposto no decreto-lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três. A referida acta foi aprovada por unanimidade, tendo-lhe sido introduzidas alterações, de harmonia com o disposto no artigo nonagésimo segundo, da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.

7. ATENDIMENTO DE MUNÍCIPES

No presente ponto da Ordem de Trabalhos não compareceram quaisquer munícipes.

O senhor Vereador João Pereira Reis esteve ausente no período reservado ao atendimento de munícipes.

Aprovação da acta em minuta

E não havendo mais assunto a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram vinte e uma horas, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta acta em minuta, ao abrigo do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número cinco, barra A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março.

E eu, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Administrativo Especialista, a redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A ASSISTENTE ADMINISTRATIVA ESPECIALISTA,

